

Destaque 1.º de Maio

Pandemia pressiona sindicatos a chegar às margens do sistema laboral

O 1.º de Maio assinala-se no dia em que acaba o estado de emergência em Portugal, mas a pandemia deixa marcas que irão ditar o futuro do trabalho e a forma como o movimento sindical se posiciona

Raquel Martins

A crise provocada pela pandemia da covid-19 não poupou os trabalhadores, mas foi particularmente violenta com os precários e informais, que, de um momento para o outro, se viram sem rendimentos e sem protecção. E veio colocar em evidência a necessidade de enquadrar os trabalhadores da economia digital no sistema laboral e de protecção social. Em 2021, as celebrações do 1.º de Maio coincidem com o fim do estado de emergência e de um longo período em que a economia esteve praticamente parada, deixando marcas que irão ditar o futuro do trabalho e obrigarão o movimento sindical a prestar mais atenção aos trabalhadores à margem do sistema, sob pena de se aprofundarem as assimetrias em relação aos restantes trabalhadores.

Perante esta realidade, Hermes Costa, sociólogo e investigador da Universidade de Coimbra que se tem debruçado sobre assuntos sindicais, não tem dúvidas de que a pandemia

torna mais urgente que os sindicatos cheguem aos trabalhadores que estão nas margens do sistema, e que foram muito penalizados, tirando partido das redes sociais “não só para recrutar membros, mas também para comunicar e falar ao coração da sociedade”. “A pandemia veio pressionar implicitamente os sindicatos a mobilizarem os seus associados no apoio a campanhas à distância, usando recursos e estratégias de comunicação digital. Mesmo reconhecendo que o foco do sindicalismo deve continuar a residir no local de trabalho e na proximidade com os trabalhadores, um reforço da comunicação digital torna-se cada vez mais necessário”, diz.

Ao mesmo tempo, defende o investigador, é urgente criar alianças entre sindicatos e organizações da sociedade civil. “O facto de trabalhadores temporários, em período experimental, com contratos a prazo, a recibo verde, entre outros, serem os mais vulneráveis nesta crise pandémica torna urgente ousar uma outra política de alianças entre os ‘velhos’ sindicatos e as ‘novas’ organizações de trabalhadores precários”, explica ao

PÚBLICO, lembrando que, durante a *troika* em Portugal, essas alianças, embora frágeis, existiram.

“Importa apostar em factores potenciadores de convergência e aprendizagem recíproca: pressão conjunta de denúncia e resistência perante situações de desemprego e precarização; clamor contra uma nova era de austeridade que tem agora a pandemia como pano de fundo; combinação entre o sentido tático das lutas sindicais e a virtuosidade do activismo digital típico das associações de precários”, sugere.

Outra das marcas que a pandemia deixou é o peso crescente dos trabalhadores da economia digital. Durante o confinamento, os estafetas que trabalham para plataformas como a Uber ou a Glovo foram o rosto mais visível dessa nova realidade e, nota Hermes Costa, é crucial uma aproximação dos sindicatos a estes trabalhadores, quer pressionando o Governo para regulamentar essas formas de trabalho, quer através da monitorização das plataformas no sentido de garantir que pagam impostos e contribuem para a Segurança Social nos

respectivos Estados-membros.

“O desafio não é fácil”, reconhece o investigador. “As plataformas tendem a resistir à organização colectiva dos trabalhadores que nelas operam, alegando, por exemplo, que a negociação colectiva não seria adequada para modelos de trabalho flexível, onde abundam microtarefas fragmentadas”, acrescenta.

Sindicatos em encruzilhada

Isabel Camarinha, secretária-geral da CGTP, e Carlos Silva, líder da UGT, não escondem a dificuldade em chegar aos trabalhadores das plataformas e com vínculos informais. Mas garantem que os sindicatos têm tentado acompanhar os novos tempos e consideram que a imagem de que os sindicatos não acolhem estas situações não corresponde à realidade.

“Os sindicatos realizam a sua actividade de muitas formas. Privilegiamos os locais de trabalho porque é aí que está a maioria dos trabalhadores, mas usamos outros meios de contactos com os trabalhadores, como as nossas redes sociais, para chegarmos

a todas as realidades”, assegura Isabel Camarinha, acrescentando que no último ano chegaram à CGTP “mais de 22 mil novos filiados, muitos com vínculos precários”.

Ainda recentemente, exemplifica, o Sindicato dos Transportes Rodoviários Urbanos Norte (STRUN) esteve envolvido na organização de uma manifestação de estafetas no Porto. José Manuel Silva, dirigente deste sindicato, conta ao PÚBLICO que foi um grupo de estafetas, na sua maioria estrangeiros, a procurar o apoio do sindicato. “Estes trabalhadores estão numa situação muito complicada. São sobretudo estrangeiros, não são empregados, nem patrões, trabalham com o transporte deles e no fim do mês não sabem quanto podem levar para casa”, resume o dirigente.

Isabel Camarinha reconhece que chegar a estes trabalhadores “é mais difícil”, porque não há um local de trabalho fixo, mas assegura que tem havido uma aproximação.

Também Carlos Silva, secretário-geral da UGT, dá conta de uma aproximação dos trabalhadores aos sindicatos de algumas áreas, algo a que





NUNO FERREIRA SANTOS

Alameda preparada para mais de 4 mil

Hoje, os planos para o 1.º de Maio em Lisboa, voltam a dividir-se: enquanto a CGTP escolheu aumentar o número de iniciativas de rua e abrir as comemorações a todos os participantes, a UGT continua a manter as suas celebrações exclusivamente digitais, por considerar que não estão ainda reunidas as condições de segurança necessárias devido à pandemia. Ao contrário do ano anterior, desta vez o país já não está em estado de emergência. Com esse “alívio” caem também as restrições à participação de reformados e de crianças impostas nas iniciativas do último ano. Ao PÚBLICO, o dirigente da comissão executiva da CGTP-IN Libério Domingues garante que fará cumprir “todas as regras de distanciamento físico” quer nos dois desfiles previstos, quer na Alameda D. Afonso Henriques. Um desfile começa no Campo Pequeno e um segundo a partir dos Anjos, para procurar diluir os participantes na sua chegada à Alameda. A UGT organiza uma conferência digital sobre a negociação colectiva. No painel do debate estarão dois ex-ministros socialistas do Trabalho: José Vieira da Silva e Paulo Pedroso. **Liliana Borges**

Esta é uma imagem do 1.º de Maio do ano passado, em confinamento

“Cada um à sua maneira está a tentar perceber os principais problemas destes trabalhadores

Daniel Carapau
Dirigente do movimento Precários Inflexíveis

não se assistia desde os anos 80.

“Houve um movimento que há muito tempo não se via, em que os trabalhadores estão a bater à porta dos sindicatos por necessidade”, diz Carlos Silva. “Em momentos de crise, instabilidade social e debilidade emocional, uma parte dos trabalhadores lembrou-se de que era importante ter o apoio dos sindicatos”, sublinha, acrescentando que alguns sindicatos da UGT chegaram a atender sócios-gerentes de pequenas empresas que, no início do primeiro confinamento, estavam totalmente desprotegidos e só mais tarde, “por pressão dos parceiros sociais”, o Governo criou apoios específicos para este grupo.

Este movimento de aproximação sentiu-se com maior expressão em áreas como a educação ou a Administração Pública, “que ganhou milhares de sócios”. Pelo contrário, os sindicatos da UGT do sector financeiro perderam filiados por causa das reestruturações, assim como os da hotelaria e restauração, actividades muito afectadas pela crise.

Daniel Carapau, um dos rostos do movimento Precários Inflexíveis,

garante que esta organização tem trabalhado com alguns sindicatos em algumas circunstâncias, a mais recente das quais envolve os trabalhadores de plataformas. “Cada um à sua maneira está a tentar perceber os principais problemas destes trabalhadores”, afirma, lembrando, contudo, que a associação não se pode substituir aos sindicatos, que têm outra legitimidade ao nível da contratação colectiva ou mesmo se for preciso recorrer para tribunal.

Para o dirigente dos Precários Inflexíveis, que este sábado se há-de juntar ao desfile da CGTP na Alameda em Lisboa, o problema da representatividade sindical não é apenas responsabilidade dos sindicatos. Os próprios trabalhadores têm muitas vezes a ideia de que não se podem sindicalizar, por serem precários. “Não é assim. Há sindicatos que são pró-ativos e têm modalidades que enquadram estes trabalhadores”.

“Com tanta precariedade, as pessoas pensam que os sindicatos não as defendem e temos tido dificuldade em contrariar isso”, reconhece Carlos Silva.

Função pública

Greves desconfinam-se. Em quatro meses, houve mais do que em 2020

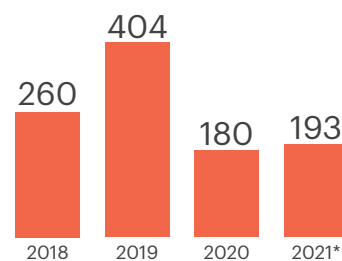
Helena Pereira

O ano de 2020 foi atípico a muitos níveis. A pandemia da covid-19 trouxe novos problemas de saúde, mas também novos problemas laborais, novas reivindicações que não puderam ser feitas na rua e com greves como habitualmente. Na verdade, pode dizer-se que os sindicatos da função pública (tal como os portugueses) também se confinaram. Mas os dados oficiais mostram que (tal como vários concelhos portugueses) os sindicatos também já começaram a desconfinar. Vamos aos números?

Em 2020, houve 180 pré-avisos de greves, segundo os dados da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), sendo que não houve nenhuma greve geral (chegou a estar prevista uma para Março que foi desconvocada), o sector da saúde não paralisou e a maior parte das greves (todas elas sectoriais) realizou-se na área da educação (educadores de infância e ensino básico e secundário) ou na área de oficiais de justiça e guardas prisionais. Ora, estes 180 pré-avisos de greve representam menos de metade dos que houve no ano anterior: em 2019, a DGAEP registou 404. A pandemia de covid-19 começou na China em Dezembro de 2019, mas só chegou a Portugal no início de 2020 (primeiros casos em Fevereiro, primeira morte em Março).

Nos primeiros quatro meses deste ano, por seu turno, deram entrada 193 pré-avisos de greve, todos da área

O sobe-e-desce das greves



*Até Abril

Fonte: Pré-avisos de greve entregues na DGAEP

da educação, promovidos pela Fenprof e pela Associação Sindical de Professores Licenciados, o que significa que o número de 2020 já foi ultrapassado e também neste campo da contestação sindical o mundo parece voltar à antiga normalidade.

O coordenador da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Sebastião Santana, confirma essa leitura. “O nível de responsabilidade e de exigência connosco próprios manteve-se e isso foi notório nos casos dos serviços públicos essenciais que foram postos à prova com esta pandemia. Não era o momento adequado”, afirmou ao PÚBLICO, explicando que adoptaram “outras formas de luta baseadas nas estruturas como concentrações ou manifestações e frente aos ministérios”.

“Continuámos a luta dessa forma. Não é nem nunca foi nossa intenção prejudicar as populações”, acrescentou, admitindo que a situação agora já mudou: “Estando numa fase de desconfinamento e de alívio sobre estas pessoas que asseguram os serviços essenciais, a luta vai retomar”. Um dos exemplos é a greve de dia 20 de Maio convocada pela Frente Comum e que, “à partida”, vai abranger todas as áreas da administração pública, à excepção da saúde.

Sebastião Santana, porém, faz uma ressalva: “Nunca ficámos reféns da pandemia. Agimos foi com responsabilidade e, agora que os dados da pandemia estão melhores, vamos continuar a nossa luta contra a política do Governo, uma vez que há reivindicações que se tornaram mais evidentes”. O sindicalista concretiza: “Vamos exigir ao Governo a resposta às nossas propostas de aumentos salariais, revisão de carreiras e dos sistemas de avaliação”. E lamenta que haja muitos anúncios, como os do Programa de Recuperação e Resiliência, que “digam zero” sobre estas matérias.



As manifestações substituíram greves em alguns casos